

Sumários dos módulos formativos para Autarquias

MÓDULO 1:

Liderança Ética e Enquadramento Normativo

Este módulo constitui a base do programa, combinando o enquadramento legal com a reflexão sobre o papel das lideranças intermédias enquanto referências comportamentais e agentes ativos na cultura de integridade do município.

Sessão 1: O papel das lideranças intermédias na integridade municipal.

Conteúdos: a posição das lideranças intermédias como elo entre o executivo municipal e a operação diária; a influência direta na interpretação e aplicação de normas de contratação pública, urbanismo e apoios locais; o conceito de cultura de integridade resiliente e a sua distinção face ao mero cumprimento formal de códigos de conduta; enquadramento no RGPC e na Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024. Dinâmica: exposição teórica (30 min), seguida de exercício de autodiagnóstico e debate em grupo sobre perceções de integridade no município.

Sessão 2: Enquadramento normativo aplicável às autarquias.

Conteúdos: o Regime Geral da Prevenção da Corrupção (Decreto-Lei n.º 109-E/2021) e os seus instrumentos, i.e., plano de prevenção de riscos, código de conduta, programa de formação e comunicação para a integridade, canal de denúncia interna e Responsável pelo Cumprimento Normativo; orientações e guias do MENAC; a Lei n.º 93/2021 e o regime de proteção de denunciante, com as regras específicas para autarquias (exceção para municípios com menos de 10 000 habitantes, possibilidade de partilha de canais); a Portaria n.º 185/2024/1 e o modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses. Dinâmica: exposição teórica (45 min), seguida de exercício prático de mapeamento dos instrumentos do RGPC já implementados no município dos participantes.

Sumários dos módulos formativos para Autarquias

Módulo 2:

Compliance Aplicado e Gestão de Dilemas Éticos

Este módulo explora os fatores que influenciam decisões sob pressão política ou operacional, combatendo a normalização do desvio e desenvolvendo competências para a gestão de dilemas éticos.

Sessão 3: Contratação pública e pressão operacional.

Conteúdos: gestão da pressão para acelerar a execução orçamental e adjudicar contratos, mantendo o rigor e a concorrência leal; enquadramento no Código dos Contratos Públicos; aplicação do Teste dos 5 R's (Regra, Risco, Reputação, Registo e Responsabilidade) como grelha de decisão ética. Dinâmica: apresentação do caso prático de contratação pública (15 min), simulação em grupos com análise de pressão operacional e conflitos de interesse (90 min), *debrief* coletivo com aplicação do Teste dos 5 R's (60 min).

Sessão 4: Conflitos de interesse e imparcialidade.

Conteúdos: situações de proximidade local, hospitalidade de fornecedores e a aparência de imparcialidade no serviço público; obrigação de declaração de inexistência de conflitos de interesses nos termos da Portaria n.º 185/2024/1 e alterações (Portaria n.º 242/2024/1, Portaria n.º 38/2025/1 e Portaria n.º 287-A/2025/1); exercício prático de preenchimento e análise crítica da declaração de conflitos de interesses. «Dinâmica: role play sobre cenários de hospitalidade e proximidade local (90 min), exercício individual de análise de riscos de conflito de interesse (45 min), discussão plenária (30 min).

Sumários dos módulos formativos para Autarquias

Módulo 3:

Accountability e Cultura de Speak-up

Este módulo centra-se no desenvolvimento da capacidade de tomar decisões defensáveis e documentáveis, bem como na promoção de um ambiente organizacional que encoraje o reporte de irregularidades.

Sessão 5: Urbanismo, proteção da informação e decisão sob pressão.

Conteúdos: liderança sob pressão no licenciamento de obras, proteção da informação e defesa do interesse municipal face a promotores; registo e fundamentação das decisões como garantia de transparência e defesa perante o Tribunal de Contas; boas práticas de documentação e rastreabilidade das decisões administrativas. Dinâmica: caso prático de urbanismo com aplicação do Teste dos 5 R's (90 min), exercício de redação de fundamentação de decisão (45 min), análise cruzada entre grupos (30 min).

Sessão 6: Cultura de *speak-up* e compromissos de integridade.

Conteúdos: canais de denúncia interna e externa nos termos da Lei n.º 93/2021; garantias de não-retaliação e proteção dos denunciantes; o papel das lideranças na criação de um ambiente seguro para o reporte de irregularidades; registo de compromissos individuais e de equipa para a integridade. Dinâmica: simulação de gestão de uma denúncia interna (60 min), debate estruturado sobre barreiras ao *speak-up* no contexto autárquico (45 min), elaboração de compromissos individuais e de equipa (45 min), avaliação final e encerramento (30 min).

Sumários dos módulos formativos para Autarquias

Módulo 4: Para além do *compliance*

Este módulo encerra o programa com uma visão prospetiva, desafiando os participantes a transcender o mero cumprimento normativo e a construir uma cultura de integridade que se torne parte da identidade organizacional do município.

Sessão 7: Da conformidade à cultura: integrar a integridade na gestão municipal.

Conteúdos: os limites do *compliance* formal: porque é que cumprir a lei não basta para prevenir a corrupção e os riscos reputacionais; a integridade como valor organizacional e não apenas como obrigação legal; como transformar os instrumentos do RGPC (plano de prevenção de riscos, código de conduta, programa de formação) de documentos estáticos em ferramentas vivas de gestão; boas práticas nacionais e internacionais de municípios que se distinguem pela cultura de integridade; o papel do Responsável pelo Cumprimento Normativo como agente de mudança e não apenas como figura de conformidade. Dinâmica: análise comparativa de casos de sucesso e de insucesso em municípios (60 min), exercício em grupo de redesenho do plano de integridade do próprio município (90 min), apresentação e discussão das propostas (60 min).

Sessão 8: Plano de ação individual e institucional.

Conteúdos: elaboração de um plano de ação individual de integridade, com compromissos concretos e mensuráveis para os primeiros 90 dias após a formação; desenho de propostas de melhoria institucional a apresentar ao executivo municipal; estratégias de comunicação interna para disseminar a cultura de integridade junto das equipas; mecanismos de acompanhamento e autoavaliação periódica; articulação com a Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais (FEFAL) para continuidade formativa. Dinâmica: workshop de elaboração do plano de ação individual (60 min), exercício de grupo para formulação de propostas institucionais (60 min), apresentações finais e feedback cruzado (45 min), cerimónia de encerramento e entrega de certificados (45 min).